



SOCIEDADE BREVE

Boaventura de Sousa Santos

Para uma sociologia das ausências

Estamos em 1913, no centro da vida cultural e política da Europa, um centro que passa fundamentalmente por Viena, Berlim, Praga, Paris, Munique e, à distância, Londres. As elites culturais alimentam incessantemente a sua ilustração nos jornais, folhetins e saraus literários, nas galerias de arte, nos concertos, nas tertúlias de café. Estão febrilmente a par da atualidade cultural e artística e seguem com alguma distância a atualidade política, bem menos excitante. Mas há, entre essas elites, jovens revolucionários que, na clandestinidade, vão preparando tempos novos.

É um tempo que se imagina como sendo de enorme criatividade, de inovações e irreverências que rompem com as rotinas, as inércias, as convenções. É o novo século em plena efervescência da primeira juventude. Discutem-se nomes, obras e acontecimentos, muitos dos quais ainda hoje, um tema a que os marxistas austro-húngaros tinham dedicado particular atenção. Como Estaline não sabe alemão, será Nicolai Bukharin, outro revolucionário russo no exílio, que o ajudará a ler a bibliografia. Este apoio não mereceu a gratidão de Estaline. 25 anos mais tarde, em 1938, Bukharin, sem dúvida um dos mais brilhantes intelectuais da revolução russa, será mandado assassinar por Estaline no decurso dos infames julgamentos de Moscovo.

Pela mesma altura e na mesma cidade, um jovem pinta, sem qualquer qualidade, aguarelas de catedrais para vender a turistas. Chama-se Adolf Hitler. Sigmund Freud publica *Totem e tabu*, um livro em que a psicanálise é aplicada à antropologia social e cultural e que viria a ser tão influente quanto controverso. O conflito no interior do movimento da psicanálise entre Sigmund Freud e Carl Jung agrava-se e atinge proporções muito para além de um debate científico. Thomas Mann acaba de publicar *A morte em Veneza*, um romance que, segundo a intelectualidade da má língua, trai a secreta homossexualidade do romancista. A famosa pintura de Leonardo, Mona Lisa, é encontrada num hotel de Florença, depois de ter sido roubada do Louvre em 1911 por um “nacionalista” italiano. Numa partilha tipicamente “igualitária” segundo critérios eurocêntricos, os alemães financiam as escavações arqueológicas no Egito; metade dos objetos ficam no Museu do Cairo e metade vão para o Museu de Berlim.

É neste ano que viaja para a Europa o mais famoso busto do mundo, o busto de Nefertiti. Karl Kraus, um dos mais brilhantes jornalistas e ensaístas do seu tempo, publica regularmente em Viena a sua revista *Die Fackel* (*A Tocha*). Invetiva contra a corrupção, o nacionalismo, a psicanálise, o mau gosto; as polémicas e mesmo ações judiciais sucedem-se. O prazer de pensar e o milagre da linguagem atingem em Kraus o paroxismo. Pablo Picasso e Georges Braque são os



O início da I Guerra Mundial (1914-1918) 'O discurso cultural em 1913 é totalmente omissa a respeito do perigo da ocorrência da catástrofe'

“Havia sinais abundantes de que o pior podia vir a ocorrer, mas as elites culturais, e também políticas, recusavam-se a vê-los. A normalidade dos excessos convertia-se num excesso de normalidade. E hoje?

A segunda ausência tem a ver com o facto de que tudo o que ocorre fora da Europa, ou mesmo fora da Europa do Norte e Central, não existe, ou seja, é produzido como não existente pelo pensamento hegemónico

grandes pioneiros do cubismo que por esta altura atinge uma nova dimensão, o cubismo sintético. Em 1913, Duchamp exercita o seu “delírio da imaginação” instalando uma roda de bicicleta no seu estúdio para mostrar que há outros movimentos para além do movimento linear do progresso. É o ano em que ele mostra em Nova Iorque o seu *Nu Descendo uma Escada*.

Os pintores descobrem a nudez, de Gustav Klimt a Egon Schiele e Oskar Kokoschka. Este último apaixonou-se por Alma Mahler, viúva de Gustav Mahler, e apesar de pintar as obras primas que Alma exigia para ser “conquistada” por ele, acabou por perder na concorrência com o grande arquiteto Walter Gropius, fundador da Bauhaus

e um dos pais da arquitetura modernista. É o tempo dos bons costumes cedarem à pornografia do romance do vienense Felix Salten, *As memórias de Josefina Mutzenbacher*, que os fãs dos filmes porno dos anos 70 do século passado verão interpretada pela famosa atriz porno, também austríaca, Patricia Rhombert.

Um outro filho da efervescência cultural de Viena é o filósofo Ludwig Wittgenstein que em 1913 se retira, em companhia do seu namorado, para uma pequena aldeia norueguesa a fim de escrever o *Tractatus Logico-Philosophicus*. Arnold Schonberg escandaliza Viena com a sua inovação na escrita musical. Igor Stravinsky apresenta em Paris *A sação da Primavera*, 33 minutos que mudaram a sensibilidade musical do chamado mundo culto. Marcel Proust publica o primeiro volume de *Em busca do tempo perdido*, enquanto Max Beckman escreve que “o homem continua a ser um porco de primeira classe”. 1913 é o ano em que Virginia Wolf se tenta suicidar pela segunda vez (a primeira fora em 1904). Só terá “êxito” à terceira tentativa, em 1941, ante o espetáculo devastador da sua casa bombardeada.

O QUE FALTA NESTA NARRATIVA? Aparentemente, nada. O mundo cultural hegemónico está aqui todo retratado e a prova disso mesmo é o facto de, cem anos depois, todos estes nomes nos serem familiares. No entanto, uma reflexão mais aprofundada revela-nos duas ausências fatais. A primeira é que o discurso cultural deste ano é totalmente omissa a respeito do perigo da ocorrência da catástrofe que, no ano seguinte, abalará a Europa e o mundo dela dependente, a I Guerra Mundial. Nela vão morrer 17 milhões de pessoas, militares e civis, e, entre eles, muitos africanos de cuja existência a Europa culta nada sabe ou quer saber. Nas colónias francesas, 263 mil mortos; nas colónias inglesas, 141 mil; nas colónias alemãs, 123 mil; na colónia portuguesa de Moçambique, 52 mil.

Estamos perante o acontecimento mais catastrófico desde a peste negra que, entre 1346

e 1353, ceifou a vida de 75 a 200 milhões na Eurásia. Porquê esta omissão das elites culturais? Talvez só Karl Kraus estivesse atento ao que estava para vir com as suas críticas aos generais, aos industriais que lucrariam com a guerra e à imprensa ao seu serviço. Por isso escreveu, entre 1915 e 1922, a sua mega peça de teatro *Os últimos dias da humanidade*, que acaba de ser traduzida brilhantemente para português pelo meu colega no Centro de Estudos Sociais (CES) António Sousa Ribeiro. E, num registo totalmente diferente, um jovem deprimido, de nome Oswald Spengler, escrevia em Munique, em 1913, um livro que viria a ser a bíblia dos reacionários europeus, *O declínio do Ocidente*. Havia sinais abundantes de que o pior podia vir a ocorrer, mas as elites culturais (e também políticas) recusavam-se a vê-los. A normalidade dos excessos convertia-se num excesso de normalidade. E hoje?

A segunda ausência tem a ver com o facto de que tudo o que ocorre fora da Europa, ou mesmo fora da Europa do Norte e Central, não existe, ou seja, é produzido como não existente pelo pensamento hegemónico. Este pensamento cobre um pedaço minúsculo do mundo e, no entanto, arroga-se ser uma manifestação do “universalismo europeu” (em si mesmo um oxímoro). Isto é possível porque, a partir da expansão colonial europeia no final do século XV, uma linha abissal, tão radical quanto invisível, foi traçada entre as relações sociais no mundo das metrópoles europeias e as relações sociais no mundo das colónias extraeuropeias. Nos termos dessa linha, uma linha geopolítica, ideológica e epistemológica, a realidade social, política, cultural e ética relevante, a que conta para definir princípios, valores e critérios de sociabilidade social, ocorre do lado de cá da linha, nas sociedades metropolitanas. Do lado de lá da linha vivem seres sub-humanos, há um mundo de perigos a vencer e de recursos a apropriar, pela violência se necessário. Os europeus experienciam de modo imperial essa divisão abissal, não tendo dúvidas de que no mundo metropolitano o regulador da convivência é a consciência, enquanto no mundo colonial é a conveniência.

Daí que a narrativa hegemónica não possa imaginar como relevante que, em 1913, Gandhi organize na África do Sul a primeira marcha de protesto em defesa dos mineiros indianos, um momento-chave de luta e também de ambiguidade gandhiana face ao império britânico. Ou que nesse mesmo ano seja promulgado o *Natives Land Act*, a lei que reserva a terra sul-africana para os brancos e apenas 7% para os negros, apesar de estes serem a esmagadora maioria da população. Aliás, do outro lado da linha abissal, pensar em termos de acontecimentos isolados e datados é uma armadilha epistemológica, porque o que está em curso é um processo contínuo de apropriação violenta de recursos coloniais em resultado da primeira partilha de África na Conferência de Berlim (1884-85), de genocídio de populações nativas, tanto nas Américas, como no “Estado Livre do Congo”, um eufemismo patético: o Rei Leopoldo da Bélgica presidiu aí às mais cruéis atrocidades, conhecidas como “os horrores do Congo”, que reduziram a população do Congo em vários milhões de pessoas, entre 1885 e 1908.

Ao contrário das aparências, a linha abissal não foi apagada com o fim do colonialismo de ocupação territorial. Continua hoje, tal como continua o colonialismo, ainda que sob novas formas. É a linha abissal que justifica hoje o racismo, a xenofobia, a islamofobia, a destruição de países como o Iraque, a Líbia ou a Síria, a “solução final” da Palestina perpetrada por vítimas convertidas em agressores, o encarceramento massivo dos jovens negros norte-americanos, o tratamento desumano de refugiados. Tão diferentes, e afinal tão iguais, as ausências de 1913 e as de hoje. JL